

PANDEMIA DE COVID-19 E JOVENS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE: REFLETINDO SOBRE VULNERABILIDADES

Laila Mayara Drebes

Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Marabá, Pará, Brasil

E-mail: drebes.laila@unifesspa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0681-238X>

Ana Cristyanne Fernandes Bonfim

Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Marabá, Pará, Brasil

E-mail: ana.cfbonfim@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8026-1942>

Tamara Karime Lima dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Marabá, Pará, Brasil

Bolsista CAPES. E-mail: tamarakarine@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2052-1730>

Tamires Pereira Vieira

Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Marabá, Pará, Brasil

E-mail: tamiresvieirafpa@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7362-4506>

Recebido em 04/07/2022. Aprovado em 31/10/2022
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v9i0.86640>

Resumo

O estudo objetiva refletir sobre os impactos da pandemia de covid-19 entre os jovens rurais amazônidas da região Sudeste do Pará, estudantes do ensino superior nos municípios de Xinguara e Marabá. Foi baseado em pesquisa bibliográfica, dados documentais e observações empíricas realizadas no universo de análise. Para tanto, discorremos sobre os processos de territorialização dos jovens rurais no sudeste paraense e, a partir disso, sobre as transformações ocorridas em algumas esferas de suas vidas no contexto pandêmico, tais como educação, trabalho e sociabilidade, evidenciando que as juventudes rurais amazônidas possuem singularidades culturais, econômicas, étnicas e sociais, além de experienciarem vulnerabilidades intensificadas pelas crises emergentes da pandemia de covid-19. Compreendemos que os impactos da pandemia de covid-19 sobre os jovens, com ênfase nos rurais, não apenas se intensificam dia após dia, como poderão se perpetuar no cenário pós-pandemia, criando entraves para o processo de transição para a vida adulta, dependente da construção de autonomia pessoal e profissional.

Palavras-chave: Amazônia; Covid-19; coronavírus; juventudes; território.

COVID-19 PANDEMIC AND RURAL YOUNG IN SOUTHEAST PARAENSE: REFLECTING ON VULNERABILITIES

Abstract

The study aims to reflect on the impacts of the covid-19 pandemic on rural young Amazonians in the southeastern region of Pará, university students in the municipalities of Xinguara and Marabá. It was based on bibliographic research, documentary data and empirical observations carried out in the universe of analysis. Therefore, we discuss the territorialization processes of rural youth in Southeast Pará and, from that, the transformations that have occurred in different spheres of their lives in the context of the pandemic, such as education, work and sociability, showing that rural Amazonian youth have cultural, economic, ethnic and social singularities, in addition to experiencing vulnerabilities that were intensified by the emerging crises of the covid-19 pandemic. We understand that the impacts of the Covid-19 pandemic on young people, with an emphasis on rural people, not only intensify day after day, but can also be perpetuated in the post-pandemic scenario, creating obstacles for the transition process to the adult life, dependent on the construction of personal and professional autonomy.

Key words: Amazonia; Covid-19; coronavirus; rural youth; territory.

INTRODUÇÃO

Desde dezembro de 2019, a humanidade vivencia a disseminação do covid-19, uma enfermidade infecciosa provocada por um vírus da família dos coronavírus (SARS-CoV-2), proclamada como pandemia ainda em março de 2020. Em um curto período de tempo, o vírus alastrou-se por todo o planeta por meio da mobilidade das pessoas contaminadas, sendo, atualmente, encontrado nos seis continentes, inclusive na Antártida.

Inicialmente, em virtude das elevadas taxas de mortalidade decorrentes da inexistência de métodos de imunização e medicação eficazes, foram necessárias práticas de prevenção para impedir o alastramento da doença, envolvendo, para além de medidas pessoais de asseio, medidas populacionais de controle de proximidade. Em virtude disso, os impactos da pandemia são plurais, envolvendo as esferas econômicas e sociais, além das sanitárias.

Diante de tal cenário inicial, permeado por incertezas, foi socialmente construída uma contundente preocupação com as áreas urbanas, por serem espaços de maior densidade populacional, assim como com as populações idosas e acometidas por comorbidades, mais suscetíveis à manifestação de sintomas severos da enfermidade.

De acordo com Drebes (2020), no início da pandemia de covid-19, dado o avanço mais incisivo das contaminações em áreas urbanas populosas, poucas pesquisas se voltaram à análise da pandemia nos espaços rurais, os quais foram invisibilizados como espaços onde pessoas circulam, residem, trabalham, etc. Ao desconsiderar os espaços rurais como espaços de vida, as pesquisas sobre a pandemia de covid-19 também desconsideraram as particularidades das populações rurais, em sua diversidade, em especial dos jovens rurais¹, já que a preocupação prioritária era com os idosos. Conforme documento elaborado pelo Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural, a ideia de que crianças e jovens não se enquadravam em grupos de risco durante a emergência sanitária do covid-19 gerou a invisibilidade dos efeitos econômicos e sociais da pandemia sobre esse grupo populacional, especialmente nos contextos rurais (CASTILLO, 2020).

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a juventude é uma categoria social relacional, histórica e geograficamente construída (BOURDIEU, 1983). Para além dos critérios etários, aqueles que são enquadrados como jovens costumam apresentar atributos sociais diferenciados que sinalizam uma fase de transição entre a infância e vida adulta,

1 Apesar de o estudo estar redigido em conformidade com o masculino genérico, salienta-se que “jovens rurais”, refere-se a todos os gêneros, não apenas ao masculino.

transição essa caracterizada pela construção da formação educativa, pela inserção no mercado de trabalho e pela relevância dos círculos de sociabilidade entre os pares. É interessante destacar que as medidas de proteção sanitária implementadas durante a pandemia de covid-19 desencadearam e ainda vêm desencadeando transformações justamente naqueles âmbitos nos quais os jovens são protagonistas e se constituem enquanto juventude (LUZ *et al.*, 2020).

Considerando o fato da categoria social juventude ser plural e não representar uma unidade societária (já que envolve sujeitos heterogêneos, que possuem suas próprias particularidades e incorporam até mesmo os processos de territorialização vivenciados no contexto espaço-temporal em que vivem), é possível depreender que certos grupos de jovens são mais impactados pelas consequências da pandemia de covid-19 do que outros. No Brasil, diante desse cenário de crises variadas, as desigualdades saltam aos olhos e se multiplicam em função da fragmentação e precarização de serviços estatais essenciais e do próprio Estado (SANTOS, 2020).

Dessa maneira, é importante colocar em pauta os jovens rurais amazônidas, que, na região Sudeste do Pará, muito antes da pandemia de covid-19, já experienciavam as desigualdades sociais provenientes dos conflitos de interesses incorporados nos processos de territorialização da Amazônia. Parte desses processos de territorialização foram e ainda são profundamente amparados em uma lógica de expansão e acumulação capitalista mercantilizada e concretizados por meio de projetos desenvolvimentistas totalizantes, que não levam em consideração a diversidade do território e da população existente. Assim, o Sudeste do Pará é palco de processos de violação de direitos humanos, vinculados à exploração e à expropriação do espaço ocupado por populações tradicionais por parte de empreendimentos de mineração e de pecuária, principalmente (LITTLE, 2003; HÉBETTE, 2004; BECKER, 2005; QUIJANO, 2005).

Considerando tal contexto, nesta breve análise, nos propomos a refletir sobre os impactos da pandemia da covid-19 sobre os jovens rurais amazônidas na região Sudeste do Pará, onde há a inserção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, principalmente nos *campi* de Marabá e Xinguara. Para alcançar o objetivo proposto, sustentamos o presente estudo em pesquisa bibliográfica e o complementamos com dados documentais e observações empíricas realizadas no universo de análise.

É importante destacar que este estudo ganhou materialidade a partir de discussões, leituras e reflexões realizadas no processo formativo do mestrado em Dinâmicas Territoriais

e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em articulação direta com os projetos de pesquisa conduzidos/orientados pelas autoras. Consideramos que o estudo representa um importante exercício para o pensar científico acerca dos jovens rurais do Sudeste do Pará, consistindo em uma forma de compreender e interpretar aspectos comuns às juventudes, em especial às juventudes rurais do território em questão, atentando para as particularidades do momento histórico atual.

O presente artigo divide-se em duas partes igualmente importantes à discussão. Na primeira, trazemos uma sucinta análise sócio-histórica do processo de configuração e ocupação da região Amazônica, em especial do Sudeste Paraense, atentando para os reflexos da geopolítica regional sobre as vidas dos jovens rurais universitários, entendendo-os em sua diversidade.

Metodologicamente, a primeira seção foi formulada a partir de pesquisa bibliográfica sobre o processo de “desenvolvimento” do Sudeste Paraense e seus reflexos sobre a configuração das juventudes rurais regionais, sendo complementada com dados documentais locais oriundos de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na segunda, partimos do contexto sócio-histórico da seção anterior para refletirmos sobre a pandemia de covid-19 e seus impactos sobre esses jovens rurais, tratando não apenas de aspectos sanitários, mas sobretudo de educação, interação e trabalho nos municípios de Marabá e Xinguara.

Para a elaboração de tal seção, foram empregadas bibliografias sobre a pandemia de covid-19 e da relação desta com as juventudes e juventudes rurais. Também foram utilizados dados documentais sobre os jovens rurais da América Latina no período pandêmico, provenientes do Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural, e dados documentais referentes à região Sudeste Paraense e aos seus jovens rurais, oriundos dos censos agropecuários e demográficos do IBGE. Além disso, a seção também foi fundamentada em dados coletados por meio de observações assistemáticas conduzidas no decorrer dos anos de 2020 e 2021 junto às comunidades acadêmicas dos *campi* de Marabá e Xinguara da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS NO SUDESTE DO PARÁ E SUAS DECORRÊNCIAS SOBRE AS VIDAS DOS JOVENS RURAIS

Integrante da chamada Amazônia Legal, a região Sudeste Paraense é constituída por 39 municípios, dentre os quais é possível destacarmos alguns bastante conhecidos pelos brasileiros, em geral, como é o caso de: Curionópolis, onde ocorreu a corrida pelo ouro na década de 1980 no garimpo Serra Pelada; Tucuruí, que é sede da famosa usina hidrelétrica inaugurada nos anos 1980; Eldorado dos Carajás, palco de um massacre de trabalhadores rurais sem-terra na década de 1990; Parauapebas, assentado sobre a maior província mineral do planeta; e São Félix do Xingu, portador do maior rebanho bovino do país e importante representante do chamado arco do desmatamento. Nesta mesma região Sudeste Paraense também estão situados os municípios de Marabá e Xingua, em análise na presente pesquisa.

A região Sudeste do Pará é ilustrativa da geopolítica do território amazônico, historicamente amparada em processos desenvolvimentistas pautados em “grandes projetos” que desencadearam uma dinâmica de configuração e ocupação do território garantida pela intensidade da exploração da natureza para acumulação do capital financeiro no maior bioma brasileiro, que também é a área de maior biodiversidade do planeta e sede da maior floresta tropical do mundo. Sobre a expansão capitalista na Amazônia, Becker (2005) assevera que embora até recentemente o projeto internacional de percepção da Amazônia como uma imensa unidade de conservação/preservação, essencial para a sobrevivência do planeta, fosse dominante, a região também passou por uma mercantilização da natureza em nome do desenvolvimento.

Em síntese, no Sudeste Paraense, tal processo de mercantilização da Amazônia foi impulsionado pelo Estado, principalmente, a partir da década de 1970, tendo como ponto de partida a abertura da rodovia Transamazônica (BR 230). A implementação dessa nova infraestrutura foi importante para superar as barreiras espaciais de integração regional ao restante do país, sendo que tais barreiras eram culpabilizadas pelo atraso do desenvolvimento do território. A partir dos anos 70, o espaço que até então era ocupado por populações tradicionais foi sendo tomado por projetos florestais, minerais e pecuários, com o propósito de desenvolvimento da região nos moldes propostos pelo capital internacional e, paralelamente, foi sendo ocupado por migrantes vindos dos mais diversos locais do país e mesmo do exterior (HÉBETTE, 2004; MONTEIRO; SILVA, 2019). Em outras palavras, o Estado brasileiro exerceu papel fundamental no processo de mercantilização da Amazônia

do Sudeste Paraense ao introjetar um conjunto de ações planejadas que perpassaram por políticas de estímulos fiscais e creditícios, programas de colonização dirigida e aporte de recursos na infraestrutura econômica (CRUZ, 2015; SILVA, 2020).

O avanço dos “grandes projetos” gerou impactos principalmente sobre os agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras populações tradicionais da região, cujas realidades passaram a ser caracterizadas por violentos conflitos em prol da permanência em suas próprias terras (MONTEIRO; SILVA, 2019). Nesse sentido, as dinâmicas socioterritoriais do Sudeste do Pará expõem processos de violação dos direitos humanos em prol dos direitos do capital, sendo que estes últimos foram assistidos e estruturados pelo próprio Estado como matriz de legalização e legitimação, fomentando a exploração predatória e a configuração desregrada da região (LOUREIRO; PINTO, 2015).

Para Loureiro e Pinto (2015), a construção desse cenário de concentração fundiária, apesar de ter configurado um quadro de desigualdades sociais e de ter constituído obstáculos aos processos de reprodução social das populações tradicionais, ainda assim servia aos interesses desenvolvimentistas do Estado. Desse modo, a escravidão, a grilagem e a pistolagem que exploraram e expropriaram as populações tradicionais foram consideradas estratégias indispensáveis para a superação do atraso.

Diante do exposto, em termos de políticas públicas, a preocupação do Estado com as populações tradicionais (principalmente agricultores familiares e congêneres), impactadas pelo desenvolvimentismo colocado em prática no Sudeste do Pará, começou a se manifestar apenas a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesse período, muito em virtude de pressões de movimentos sociais do campo, além do incentivo dado à expansão do sistema capitalista moderno, o Estado também passou a estimular a criação de assentamentos rurais como política de reforma agrária para resolver os conflitos agrários da região e tentar superar as demais consequências da questão agrária (MICHELOTTI, 2009).

Como definido por Silva (1994), a questão agrária vincula-se com a organização fundiária e as relações de produção no campo, sendo indicada pelo nível de emprego e de renda dos trabalhadores. Na visão de Leite *et al.* (2004), a criação dos assentamentos rurais no Sudeste Paraense trouxe novas oportunidades e possibilidades de trabalho para uma parcela da população explorada e expropriada que, ao se tornar assentada, pode reelaborar suas estratégias de reprodução social a partir da terra.

De acordo com dados de 2017 do INCRA, o Pará é o estado com maior número de assentamentos rurais de todo o Brasil. O país conta com 9.437 assentamentos rurais,

dos quais 1.132, isto é, praticamente 12%, estão no Pará. Além disso, dentre as quatro Superintendências Regionais (SR) do INCRA no estado, a SR 27, que corresponde à região Sudeste Paraense, também conta com o maior número de assentamentos rurais: 514, ou seja, 45,4% dos assentamentos rurais paraenses (INCRA, 2017).

Considerando a vasta produção científica sobre a questão agrária no país, principalmente no estado do Pará, não temos a pretensão de produzir ou mesmo reproduzir reflexões sobre o tema. Entretanto, essas considerações iniciais e panorâmicas são importantes para compreender as dinâmicas territoriais do Sudeste Paraense e o próprio processo de territorialização dos jovens rurais no referido espaço, sejam assentados de reforma agrária ou não. Em maior ou menor medida, todos os jovens rurais da região, sejam agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc., têm suas vidas atravessadas pelos processos de mercantilização do espaço amazônico e pressionadas pelos grandes projetos do setor primário, principalmente do agronegócio e da mineração.

Nessa perspectiva, como explica o estudo de Malagodi (2008) sobre a questão agrária no rural contemporâneo, apesar das iniciativas de criação e consolidação de assentamentos rurais implementadas no decorrer da história do país, a questão agrária se mantém como uma questão fundamental. As relações sociais de dominação encontradas no campo contribuem para a manutenção de outros problemas sociais vinculados ao problema social da terra, como é o caso da própria questão ambiental, da questão racial, da questão de gênero e até mesmo da questão da juventude, na medida em que todas essas questões apontam para a existência de desigualdades sociais que estrangulam o desenvolvimento cultural, social e político do país.

Em decorrência do contexto anteriormente resumido, os jovens rurais vinculados às populações tradicionais do Sudeste Paraense contam com pouco apoio de políticas públicas em comparação com aquelas que foram e continuam sendo promovidas para a esfera do agronegócio e da mineração e também para os espaços urbanos. Em razão disso, esses jovens rurais vivenciam inúmeras dificuldades na transição para a vida adulta e na construção de sua emancipação pessoal e profissional, mesmo quando são assentados de reforma agrária e contam com as políticas vinculadas aos assentamentos. Conforme Castro e Freire (2007), estudando as particularidades dos assentamentos de reforma agrária no Pará, os jovens rurais necessitam de maiores investimentos em políticas públicas, principalmente de cunho cultural, educacional e social, capazes de contribuir para a ressignificação dos direitos e das identidades dos jovens rurais amazônidas.

Muito em virtude de tal cenário, mas também por outras motivações variadas, alguns municípios da região Sudeste Paraense vêm experienciando o envelhecimento de sua população rural e/ou de sua população ocupada em atividades agropecuárias. Por exemplo, o estudo de Bressan (2017), realizado em Marabá, evidenciou os processos migratórios dos jovens rurais de assentamentos à procura de outras oportunidades pessoais e profissionais, capazes de oferecer melhores condições de vida, principalmente em termos de educação, sociabilidade e trabalho. De maneira análoga, o estudo de Costa (2019), conduzido em Jacundá, outro município do Sudeste Paraense, mostrou o envelhecimento da população rural, hegemonicamente constituída por pessoas com mais de 50 anos, muito em razão das migrações dos jovens rurais.

No quadro 1, apresentado na sequência, estão compilados os dados do último Censo Demográfico sobre a população residente na região Sudeste do Pará e nos municípios de Marabá e Xinguara, considerando a população total, urbana e rural, em função das diferentes faixas etárias. Por meio do quadro é possível perceber que para todos os níveis de território analisados, o percentual da população rural considerada jovem (entre 15 e 29 anos de idade) é inferior ao percentual da população urbana considerada jovem. Em contrapartida, também em todos os níveis territoriais em análise, os percentuais da população rural acima de 45 anos de idade são maiores do que os percentuais da população urbana.

QUADRO 1 - Características demográficas das populações do Sudeste Paraense, Marabá e Xinguara por faixa etária e zona de moradia.

Território	Sudeste Paraense			Marabá			Xinguara		
População	Total (n)	Urbana (%)	Rural (%)	Total (n)	Urbana (%)	Rural (%)	Total (n)	Urbana (%)	Rural (%)
0 - 14 anos	524.749	31.47	32.73	73.513	30.57	34.94	12.129	29.64	30.77
15 - 29 anos	501.121	31.58	27.74	73.080	32.13	27.93	11.954	30.33	26.47
30 - 44 anos	347.823	21.19	20.94	48.734	21.37	18.84	8.909	22.24	20.98
45 - 59 anos	181.147	10.37	12.43	25.457	10.66	11.81	4.976	11.64	14.44
> 60 anos	138.542	5.39	6.17	12.885	5.27	6.47	2.605	6.15	7.35

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Como sintetizado pelo estudo de Marin e Drebes (2020), os mais variados processos de migrações dos jovens rurais estão relacionados tanto com a desestruturação da produção agropecuária quanto com o desmantelamento dos meios de vida dos agricultores, principalmente familiares, assim como com as transformações nas percepções da vida e do trabalho no rural, limitando os processos de sucessão hereditária e de construção de autonomia por parte dos jovens. Nesse sentido, diante de um cenário de vulnerabilidades materiais e simbólicas, as migrações passaram a representar estratégias de ascensão social, emancipação pessoal e transição para a vida adulta.

Entretanto, é importante pontuar que transitar do rural para o urbano no âmbito do Sudeste Paraense não é garantia de reprodução social para esses jovens, desde antes da pandemia de covid-19. Como explicado por Luz *et al.* (2020), embora a pandemia de covid-19 tenha encontrado a população do país em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego, desmonte das políticas sociais e intensos cortes de investimentos em saúde, educação e ciência, em algumas regiões tal situação era ainda mais grave.

Analisando especificamente os municípios de inserção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campos (2020), utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010, evidenciou que os indicadores socioeconômicos de Canaã dos Carajás, Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara os classificavam em uma situação de desenvolvimento mediano. Marabá apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,668 e Xinguara de 0,646. Todos os municípios apresentavam indicadores de renda per capita baixos, inferiores a um salário mínimo. No caso de Marabá, a renda per capita era de R\$ 527,86 e, no caso de Xinguara, de R\$ 520,57.

Além disso, Campos (2020) também compilou em sua pesquisa indicativos de desigualdades de renda nos municípios da região Sudeste do Pará, por meio do Índice de Gini e do Índice L de Theil, que, em resumo, variam de 0 a 1 e indicam cenários de concentração de renda quanto mais próximo estiverem de 1. No caso de Marabá, o Índice de Gini foi de 0,580 e o Índice L de Theil foi de 0,610. Já para Xinguara, o Índice de Gini foi de 0,550 e o Índice L de Theil foi de 0,530. Tratando-se de pobreza, em Marabá, 23,53% da população era considerada pobre e 10,34% extremamente pobre, enquanto que em Xinguara 18,58% era considerada pobre e 4,97% extremamente pobre.

Não somente, ainda antes da pandemia de covid-19 o mercado de trabalho no estado do Pará era atravessado pela informalidade e, conseqüentemente, precariedade. De acordo com o estudo de Silva (2020, p. 72), em janeiro de 2020 a população paraense ocupada em condições de informalidade era de 62,4%: a maior taxa do país.

A partir do exposto, é possível constatar que as questões associadas aos aspectos territoriais são importantes para compreender como determinados grupos sociais irão se apresentar mais vulneráveis diante da pandemia de covid-19. Como destacado por Luz *et al.* (2020), a pandemia não é um fenômeno social democrático, visto que mesmo os aspectos territoriais, em termos ambientais, culturais, econômicos, demográficos, políticos, sociais, etc., são capazes de imprimir variações nas vulnerabilidades às quais a população estará exposta.

É sobre esses jovens rurais, que vivem no contexto de vulnerabilidades acima descrito, que se abateram as medidas de distanciamento visando a contenção do coronavírus, medidas que intensificaram ainda mais as já excludentes lógicas de acesso à cultura, educação, trabalho, moradia, saúde, etc.

PANDEMIA DE COVID-19 E A MAXIMIZAÇÃO DAS VULNERABILIDADES EXPERIENCIADAS PELOS JOVENS RURAIS AMAZÔNIDAS DO SUDESTE PARAENSE

Atualmente, considerando o *ranking* mundial de mortes provocadas pela pandemia de covid-19, o Brasil ocupa a segunda colocação, com mais de 600.000 óbitos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos² (OUR WORLD IN DATA, 2022). Inúmeros são os fatores acionados para explicar tais estatísticas, os quais perpassam por problemas estruturais seculares em nosso país, principalmente no que se refere aos serviços de saúde. Entretanto, é importante registrar que as implicações da pandemia de covid-19 não se deram de forma uniforme sobre o contingente populacional, atingindo, principalmente, os brasileiros mais vulneráveis.

Nesse sentido, Nunes (2020) defende que a pandemia de covid-19 é uma crise de natureza neoliberal, tendo em vista que a desorçamentação e o desmantelamento dos sistemas públicos de saúde em todo o mundo são consequências de políticas de ajustamento estrutural focadas na contenção das despesas públicas, alijando da cobertura de tais serviços aqueles que não são capazes de pagar pelos mesmos. Assim, a desigualdade, a precariedade e a privatização da saúde, entre outros fenômenos, revelaram as dinâmicas neoliberais responsáveis por acirrar, escancarar e mesmo maximizar as vulnerabilidades pré-existentes, que não são uniformes, se mostrando muito mais contundentes sobre alguns grupos sociais.

² ² Dados de 04 de julho de 2022.

De acordo com Nunes (2020, p. 3),

a vulnerabilidade é uma relação política desigual, por meio da qual determinados grupos - definidos em termos da identificação de gênero, raça, orientação sexual, idade, entre outros, bem como nas suas várias interseções - são sistematicamente expostos ao empobrecimento, ao adoecimento e à morte.

Para Santos (2020), são inúmeros os grupos sociais que vivenciaram a multiplicação de vulnerabilidades no cenário pandêmico, como os moradores de ruas, os trabalhadores ambulantes, os moradores de favelas, os trabalhadores autônomos, os imigrantes, as mulheres, os deficientes, os idosos e muitos outros. Tais grupos sociais constituem aquilo que Santos (2020, p. 15) denomina de Sul, não enquanto um espaço geográfico, mas sim “um espaço-tempo político, social e cultural” que é “a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual”.

Nesse íterim, cabe a discussão a respeito das vulnerabilidades experienciadas pelos jovens no Brasil. E o primeiro ponto a ser esclarecido é que o contingente populacional jovem do país também configura grupos sociais plurais, atravessados por vulnerabilidades persistentes, as quais se multiplicaram diante das consequências da pandemia de covid-19 (LUZ *et al.*, 2020; NUNES *et al.*, 2020).

Para Luz *et al.* (2020), considerando que o Brasil conta com uma população predominantemente jovem, sendo que mais de 40% de toda a sua população é composta por pessoas com menos de 30 anos de idade, esse dado, por si só, já evidencia que entre as populações mais vulneráveis em relação à pandemia existe um contingente expressivo de jovens. Ademais, Nunes *et al.* (2020) discorreram sobre a sobreposição de vulnerabilidades entre os jovens, evidenciando que os riscos de exposição à covid-19 não eram e não são exclusivos aos mais idosos. Conforme os autores, cerca de 43% dos jovens do país possuíam comorbidades, sendo que 10% deles eram portadores de mais de uma comorbidade simultaneamente.

Frente a tais dados, Luz *et al.* (2020) explicam que o discurso da natureza democrática da covid-19, norteador da identificação da juventude como um grupo homogêneo e pouco vulnerável ao novo coronavírus, serviu para ocultar que mesmo antes do anúncio do início da pandemia as juventudes já se caracterizavam por uma taxa de exclusão social superior às das demais faixas etárias no Brasil.

Nesse mesmo estudo, Luz *et al.* (2020) sublinharam as mudanças provocadas pela pandemia de covid-19 nas esferas de educação, de trabalho e de sociabilidade, as quais afetaram significativamente a mobilidade dos jovens em busca de recursos capazes de propiciar a conquista de sua autonomia para construção da vida adulta. Nos termos dos autores, “as pandemias impõem novas dificuldades à própria condição transitória e liminar da juventude, congelando a vida juvenil pela subtração da escola, do trabalho” e mesmo de outros espaços de socialização e sociabilidade (LUZ *et al.*, 2020, p. 193). Se tais dificuldades são generalizadas para os jovens brasileiros, possivelmente elas se multiplicam para os jovens rurais amazônidas do Sudeste Paraense, em razão das vulnerabilidades territoriais apresentadas na seção anterior.

Contudo, até o presente momento, são raras as pesquisas preocupadas com as experiências dos jovens rurais em meio à pandemia de covid-19. Por meio de pesquisa bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da CAPES no mês de dezembro de 2021, foi possível perceber que os efeitos desta crise do próprio neoliberalismo sobre as juventudes rurais ainda carecem de interpelação científica.

Ao combinarmos os termos “jovens rurais”, “juventude rural”, “pandemia” e “covid-19” em busca avançada de todos os tipos de materiais disponíveis no referido banco de dados, em todos os idiomas, não encontramos registros de tais combinações nem no título nem no assunto dos materiais. Isso demonstra que as consequências da pandemia de covid-19 sobre a multiplicação de vulnerabilidades no escopo das vidas dos jovens rurais, sobretudo no cenário do Sudeste Paraense, ainda carecem de estudos científicos e que “jovem rural amazônida” pode ser uma importante chave interseccional de estudo das vulnerabilidades criadas, recriadas e ampliadas pela pandemia de covid-19.

Importante destacar que no contexto do Sudeste do Pará, 69,13% dos jovens rurais com idade entre 15 e 29 anos são autodeclarados como pardos, 19,34% como brancos, 8,52% como negros, 1,77% como indígenas e 1,24% como amarelos. Nos municípios de Marabá e Xinguara, a maior parte dos jovens rurais também se autodeclaram como pardos: 74,36% e 68,43%, respectivamente (IBGE, 2010). Assim, o quesito racial é outro ponto importante para compreender as vulnerabilidades às quais os jovens rurais paraenses foram e continuam sendo submetidos.

Considerando a relevância das esferas da educação, do trabalho e da sociabilidade para os jovens, buscaremos analisar quais foram as consequências da pandemia de covid-19 sobre esses aspectos nas vidas dos jovens rurais do Sudeste do Pará. Desde aqui

é importante ressaltar que nossa pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, dada a amplitude e complexidade das questões que emergem da pandemia de covid-19 em relação à pluralidade desse grupo que aqui convencionamos denominar de juventude rural amazônica do Sudeste do Pará, constituída por jovens de origem rural inseridos no ensino superior da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, nos municípios de Marabá e Xinguara.

Refletindo sobre a educação, Santos (2020) chamou atenção para os déficits acumulados no setor no país, perpassando por privatizações e cortes orçamentários. Em somatório, as medidas de distanciamento físico e social exigiram o fechamento das instituições de ensino e o imprevisto de um modelo de educação para o qual o Brasil não estava preparado (LUZ *et al.*, 2020). Se as consequências da fragilidade do ensino remoto foram sentidas pelos jovens do país inteiro, também foram pelos jovens rurais, inclusive os do Sudeste Paraense.

Em um documento de análise de conjuntura da covid-19 na América Latina, elaborado em agosto de 2020, o Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural concentrou-se sobre a situação das crianças e dos adolescentes rurais. Neste documento, foi explicado que o fechamento das escolas rurais como medida de contenção da disseminação da covid-19 criou o risco de evasão e abandono escolar. Somente no Brasil, em todo o território nacional, foram 52.898.349 escolas fechadas entre 31 de março e 31 de maio de 2020 (CASTILLO, 2020). Vale reiterar a importância do percurso educativo para que o jovem rural possa construir seus processos de emancipação pessoal e profissional, sejam tais processos vinculados aos espaços rurais e às atividades agropecuárias e congêneres, ou não (SILVA, 2009; SANTOS, 2015).

Considerando que as escolas também oferecem serviços de proteção social, outra consequência do fechamento das instituições foi o acirramento das vulnerabilidades alimentares e nutricionais, sendo que as crianças e os adolescentes das áreas rurais eram os segmentos populacionais mais afetados pelos problemas da desnutrição na América Latina antes da pandemia. Nesse mesmo sentido, o documento chamou atenção para o fato de que as crianças e os adolescentes dos territórios rurais latino-americanos pertencentes aos povos indígenas foram os que apresentaram as piores situações de vulnerabilidade durante a pandemia, dados os péssimos indicadores pretéritos de alimentação, educação, infraestrutura, renda e outros. Violência familiar contra as crianças e os adolescentes, assim como exploração do trabalho infantil, foram outros problemas decorrentes do fechamento

temporário das escolas apontados pelo documento (CASTILLO, 2020).

É interessante destacar que apesar de ter ocorrido a adaptação e a flexibilização dos processos educativos, por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação que promoveram modalidades remotas de ensino, existe uma brecha de conectividade entre as áreas rurais e urbanas, o que torna essa adaptação e flexibilização mais complicada para os jovens rurais. No Brasil, os dados do último Censo Agropecuário evidenciaram que no que tange os estabelecimentos rurais do estado do Pará, 87% deles não tinham acesso à internet (IBGE, 2017).

Devido a essa brecha de conectividade, no Sudeste Paraense foi possível acompanhar casos de jovens rurais que durante a pandemia retornaram às suas aldeias, assentamentos, quilombos, reservas, etc., e, mesmo com o auxílio de políticas públicas para aquisição de computadores e de pacotes de dados de internet, não conseguiram acompanhar as aulas remotas de seus cursos de educação superior nos *campi* da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em Marabá e Xinguara pelo fato de o sinal do serviço não estar disponível em seus locais de moradia, por vezes bastante afastados das áreas urbanas mais populosas e com melhor infraestrutura.

Em estudo conduzido em Marabá, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Souza *et al.* (2021), a partir da aplicação de questionário eletrônico com os estudantes, evidenciaram que devido às condições econômicas e de acesso tecnológico limitadas, muitos jovens não participaram ou participaram pouco do processo de ensino remoto universitário. Situação análoga foi observada em outros cursos de graduação, sendo que aqueles vinculados ao rural e à agropecuária, com presença significativa de filhos de agricultores, como era o caso do curso de Zootecnia, apresentaram elevado índice de evasão.

Já no que se refere à inserção no mercado de trabalho, as consequências sobre os jovens rurais foram as mais variadas e algumas até mesmo relacionam-se com a questão da educação, acima comentada. De acordo com o estudo de Luz *et al.* (2020), a juventude foi a mais afetada pelo desemprego durante a crise derivada da pandemia, em especial jovens de classes menos favorecidas, vítimas dos agravantes de discriminação de raça, gênero e etnia.

Para os jovens rurais amazônidas do Sudeste Paraense, estudantes de graduação nos municípios de Marabá e Xinguara, a situação se tornou particularmente difícil para aqueles que procuravam inserção profissional fora do contexto agrário. É interessante notar que muitos que estavam em empregos informais ficaram desempregados (cortados/

reduzidos pela necessidade de contenção de custos), assim como muitos outros que não estavam empregados, devido à modalidade remota de ensino, ingressaram em empregos no mercado informal de trabalho. No caso desses últimos, como mencionado anteriormente, foi possível acompanhar inúmeras desistências do ensino superior por falta de perspectiva futura de inserção qualificada no mercado profissional, elevando os índices de evasão em alguns cursos de graduação.

Além disso, muitos jovens rurais com perspectivas de sucessão geracional também foram afetados, dada a recessão econômica no país que reduz a demanda por muitos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, colocando em xeque a reprodução social desses grupos rurais. Como sublinhado no estudo de Claudino (2020), conduzido no Sudeste Paraense, o setor de produção e de comercialização agropecuária foi bastante afetado pelo cenário pandêmico, gerando perdas econômicas expressivas, principalmente para os grupos sociais mais vulneráveis, arraigando as desigualdades sociais anteriormente existentes e contribuindo para o aumento da pobreza rural.

Futemma *et al.* (2021) ressaltaram que no estado do Pará, anteriormente à pandemia de covid-19, os agricultores familiares já enfrentavam dificuldades, principalmente na comercialização de alguns produtos agropecuários, em virtude da exploração dos atravessadores e dos entraves logísticos associados ao armazenamento e transporte dos produtos perecíveis em um cenário onde problemas com energia elétrica, estradas e pontes eram comuns. Foi nessa realidade que incidiram as medidas de distanciamento, fazendo com que os agricultores tivessem de reinventar suas estratégias de comercialização dos produtos agropecuários, inclusive nos casos de venda direta ao consumidor por meio de feiras, muitas das quais passaram a funcionar no formato *delivery* (CLAUDINO, 2020).

Mas as transformações vivenciadas pelos jovens rurais no Sudeste Paraense não estiveram limitadas ao âmbito da educação e do trabalho, envolvendo também a esfera da interação e da sociabilidade. É interessante destacar que para os jovens rurais universitários do Sudeste do Pará, uma das consequências da pandemia de covid-19 foi a migração temporária de volta para as moradias de suas famílias, nas áreas rurais.

Em estudo sobre juventude rural e pandemia de covid-19 na Finlândia, Vehkalahti *et al.* (2021) discutiram as mudanças introduzidas na vida cotidiana e nas disposições do curso de vida de jovens adultos em duas regiões escassamente povoadas durante o *lockdown* vivenciado no país na primavera de 2020. Os autores explicaram que tais jovens adultos passaram por perdas de oportunidade de emprego e atrasos e desafios em seu percurso

formativo, o que gerou uma série de dificuldades para construir vidas independentes, isto é, transitar para a condição de adultos. Mas, além disso, os jovens rurais finlandeses descreveram os desafios emocionais e sociais relacionados à reorganização da vida cotidiana devido às restrições impostas pela pandemia.

Nesse sentido, tal estudo conduzido na Finlândia ressaltou como os “deslocamentos ioiô”, nome dado pelos autores para as migrações temporárias desses jovens entre os lugares em que estudavam e/ou trabalhavam e os lugares em que suas famílias residiam, acabaram colocando os jovens em situação de dependência dos pais e de certo isolamento em relação aos seus pares. Devido aos riscos de contágio com coronavírus, os jovens rurais finlandeses relataram, inclusive, a necessidade de selecionar e reduzir o número de pessoas com quem se relacionavam para proteger a saúde dos familiares com que passaram a residir (VEHKALAHTI *et al.*, 2021).

Já em estudo realizado com jovens universitários residentes em uma comunidade rural da Zona da Mata Mineira, Toledo (2021) ressaltou que esse retorno às casas das famílias nas áreas rurais gerou nos jovens a sensação de “falta” de diversão e de lazer, apesar de também ter gerado uma sensação de maior segurança sanitária em relação à pandemia de covid-19.

No caso dos jovens rurais graduandos nos *campi* da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em Marabá e Xinguara, o retorno às casas das famílias nas áreas rurais também gerou sensação de isolamento dos pares, agravado pela brecha de conectividade existente no estado do Pará, como anteriormente citado. Ademais, cabe refletir até mesmo sobre como está o contato dos jovens com suas agências de assistência técnica e extensão rural, associações, cooperativas, igrejas, organizações não-governamentais, sindicatos etc., diante desse cenário de mobilidade restrita, serviços reduzidos e conectividade comprometida.

Como sugerido por Borgui *et al.* (2021), em pesquisa com jovens universitários de licenciatura de Educação do Campo na Bahia, refletir sobre a complexidade desse momento histórico inclui também o desafio de fortalecer o debate sobre como os jovens rurais estão resistindo e construindo seus caminhos para a vida adulta, o que inclui pensar sobre as vivências e vulnerabilidades desses que estão passando por um isolamento dentro de outro isolamento.

Considerações Finais

Oriundos de uma região fortemente impactada pelo processo colonizatório de exploração de riquezas naturais como forma de expansão da acumulação capitalista primitiva, os jovens rurais amazônidas do Sudeste Paraense se constituem enquanto juventude a partir de uma geopolítica que vem se arrastando ao longo da história e resultando em vulnerabilidades múltiplas, muitas das quais até mesmo fogem aos olhares dos pesquisadores.

Em vista disso, mesmo antes da pandemia de covid-19, os jovens rurais do Sudeste do Pará já experienciavam uma série de vulnerabilidades decorrentes do processo de desenvolvimento tardio da Amazônia brasileira e da própria luta pela terra em meio a projetos de mineração e da pecuária extensiva no território. Nesse sentido, o Sudeste do Pará é marcado por problemas de desenvolvimento seculares, em termos de infraestrutura e serviços, o que auxilia a gerar indicadores socioeconômicos de desenvolvimento medianos e situações de desigualdade entre os grupos sociais.

Dessa maneira, se a pandemia tem fragilizado as esferas de educação, trabalho e sociabilidade, nas quais as juventudes transitam e se constituem enquanto juventudes, buscando a construção de sua autonomia e de caminhos para a vida adulta, no caso dos jovens rurais amazônidas do Sudeste Paraense, parte dessas esferas já era anteriormente fragilizada em virtude do histórico de desenvolvimento regional tardio e atravessado por conflitos de interesse, incluindo a luta pela terra, geradora de desigualdade e segregação social.

As vulnerabilidades vivenciadas pelos jovens rurais são múltiplas, impulsionando transformações que atravancam a transição à idade adulta, atrasando ou mudando os projetos de futuro e de vida desses jovens, que diante de um cenário de dificuldade de acompanhamento do processo educativo formal no ensino superior, dificuldade de manutenção de emprego e renda, seja no rural ou no urbano, e dificuldade de manutenção de seus anteriores espaços e estratégias de sociabilidades, criam empecilhos para a construção da independência pessoal e profissional da juventude rural amazônida em análise no presente estudo.

Cabe frisar, uma vez mais, a escassez de dados científicos sobre as juventudes rurais brasileiras no contexto da pandemia de covid-19, o que reforça a necessidade do debate que tentamos estimular aqui, por meio dessa pesquisa, principalmente em relação às

regiões com populações historicamente vulneráveis, como é o caso do Sudeste Paraense, no território da Amazônia.

Por fim, cientes de que a realidade social está em permanente transformação, pontuamos que esse exercício de reflexão científica sobre os jovens rurais deve ser continuado. Compreendemos que os impactos da pandemia de covid-19 seguem em curso e são capazes de se intensificar dia após dia, podendo, inclusive, se perpetuar no cenário pós-pandemia, afetando suas vidas, as de suas famílias e as mais diversas relações sociais estabelecidas em seus territórios em virtude de possíveis transformações em seus projetos de vida.

Referências

BECKER, Berta. Geopolítica da Amazônia. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BORGHI, Idalina Souza Mascarenhas; ORRICO, Nanci Rodrigues; MENDES, Maricleide Pereira de Lima. Tecer a vida em tempos de pandemia: narrativas e aprendizagens de jovens universitários camponeses. **Revista Práxis**, Volta Redonda - RJ, v. 13, n. 25, p. 117-125, 2021. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3484>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**: entrevista com Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRESSAN, Luiz Regason. **Estado, Política Pública e Agricultura Familiar**: o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar no apoio às lógicas familiares de produção no município de Marabá. Marabá, PA. 2017. 123p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: <https://pdt.sa.unifesspa.edu.br/images/LUIZBRESSAN.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CAMPOS, Ana Cristina Viana. A pandemia COVID-19 nos municípios de abrangência da Unifesspa: o que os dados epidemiológicos indicam? In: UNIFESSPA. **Unifesspa contra a covid-19**. Marabá: Unifesspa, 2020. Disponível em: https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/conteudo/texto_Profa._Ana_Cristina_-_IESB_-_A_pandemia_COVID-19_nos_munic%C3%ADpios_de_abrang%C3%A2ncia_da_Unifesspa.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

CASTILLO, Daniela. Infancia y juventud rural en desprotección social: riesgos ante la crisis del COVID-19. **Análisis de coyuntura covid-19 en América Latina**, n. 12, 2020. Disponível em: <https://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2020/08/12-Covid-19-Infancia.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CASTRO, Edna; FREIRE, Jaqueline Serra. Juventude na Amazônia Paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CLAUDINO, Livio Sergio Dias. Impactos dos primeiros meses de pandemia de COVID-19 para a agricultura familiar paraense e como a agroecologia pode apoiar a superação. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 40-54, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/832>. Acesso em: set. 2021.

COSTA, Fabrício Araújo. **Análise da Configuração do Sistema Produtivo, no Município de Jacundá – a partir dos aspectos social, econômico e ambiental e sua implicação na agricultura familiar:** o caso do PA Jacundá. Marabá, PA. 2019. 134p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: https://pdt.sa.unifesspa.edu.br/images/Dissertacao_Fabricio.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.

CRUZ, Thiago Martins da. **Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás:** o avanço cruel do capital no Sudeste Paraense. Marabá, PA. 2015. 106p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: <https://pdt.sa.unifesspa.edu.br/images/FinalThiago.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.

DREBES, Laila Mayara. Representações sociais sobre o rural brasileiro em tempos de pandemia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DESIGUALDADES, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais [...]** São Leopoldo: Unisinos, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350353719_Representacoes_sociais_sobre_o_rural_brasileiro_em_tempos_de_pandemia. Acesso em: 30 dez. 2021.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

INCRA. **Painel INCRA nos Estados:** informações gerais sobre assentamentos de reforma agrária. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FUTEMMA, Célia *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/wVG8tdPZQjDgspphx7sVJYN/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

LEITE, Sérgio Pereira *et al.* **Impactos dos assentamentos rurais:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433387>. Acesso em: 22 abr. 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071>. Acesso em: 20 out. 2021

LUZ, Lila Cristina Xavier *et al.* Os jovens brasileiros em tempos de covid-19. **Princípios**, v. 1, n. 160, p. 177-207, 2020. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/72>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MALAGODI, Edgard. A nova ruralidade e a questão agrária no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais [...]** Caxambu: ANPOCS, 2008. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt35-6/2650-edgardmalagodi-a-nova/file>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; DREBES, Laila Mayara. Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 201-225, 2020. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/594>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará. **Antropolítica**, Niterói, n. 26, p. 245-266, 2009. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9HwgBRe_UoIQIFpbUpUSTN2SU0/

[view?resourcekey=0-dUxERG5Fjfe_YGI5oMUytg](#). Acesso em: 30 dez. 2021.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampas da. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins**, n. 49, s.p., 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/35296>. Acesso em: 20 out. 2021.

NUNES, João. A pandemia de covid-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sng9pd8tLNdY3cQrDChhqPr/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

NUNES, Letícia; ROCHA, Rudi; ULYSSEA, Gabriel. **Vulnerabilidades da População Brasileira à COVID-19: desafios para a flexibilização do distanciamento social**. IEPS: São Paulo, 2020. Disponível em: <http://ieps.org.br/wp-content/uploads/2020/05/NT9-IEPS.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária?** ed. 18. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SILVA, Letícia Costa Silva. **Juventude e Migração: migração rural-urbana dos jovens em São Domingos do Araguaia-PA**. Marabá, PA. 2020. 164p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jF8abcjUTtq50vUyTgLv6Ae_KTWAdUf/view. Acesso em: 30 dez. 2021.

SOUZA, Edimilson Rodrigues *et al.* Ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões a partir dos estudantes de Ciências Sociais em Marabá-PA. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 3-15, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354943054_Ensino_remoto_em_tempos_de_pandemia_reflexoes_a_partir_dos_estudantes_de_Ciencias_Sociais_em_Maraba-PA. Acesso em: set. 2021.

TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino. Jovens rurais: experiências a partir do lazer em um pequeno distrito da Zona da Mata Mineira. **Geografia**, Rio Claro, v. 46, n. 01, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16133>. Acesso em: 30 dez. 2021.

VEHKALAHTI, Kaisa; ARMILA, Päivi; SIVENIUS, Ari. Emerging Adulthood in the Time of Pandemic: The COVID-19 Crisis in the Lives of Rural Young Adults in Finland. **Young**, v. 29, n. 4, p. 399-416, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/11033088211026502>. Acesso em: 30 dez. 2021.

WORLD IN DATA. **Coronavirus Pandemic (covid-19)**. 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 04 jul. 2022.